

ANEXOS

ANEXO 1

Relatório de Análise de Situação Base de Dados LILACS SP

Histórico

A concepção da base de dados LILACS SP surgiu em 1999, aliada ao objetivo de criar sistemas especializados na rede brasileira para fortalecer o controle bibliográfico em determinadas áreas – no caso saúde pública (Projeto BVS-SP 1.1 – Controle bibliográfico da literatura nacional em saúde pública, de 15 de outubro de 1999).

Outro objetivo expresso no decorrer do projeto era o de complementar o registro da literatura em saúde pública com documentos não convencionais ou que eventualmente não atendessem aos critérios de seleção da base LILACS (Ata da primeira reunião do projeto Controle Bibliográfico da BVS-SP – 02 de agosto de 2001).

A LILACS SP contém 17.124 registros e é composta de um extrato da LILACS (registros LILACS marcados como LILACSSP no campo 4, registros LILACS que contenham 30% ou mais de descritores na categoria SP do DeCS e artigos publicados na Revista de Saúde Pública) e um arquivo ISO contendo 9.672 registros, criado quando do lançamento da BVS SP Brasil. Um último processamento realiza a remoção de registros duplicados.

Condução e Diagnóstico

No dia 14/07/2006 foi realizada uma reunião na BIREME com a participação de Abel Packer, Verônica Abdala, Regina Castro, Maria Regina Chiquetto, Cláudia Guzzo.

O objetivo foi discutir a atividade prevista no Projeto BVS SP Brasil 2006-2007, Subprojeto 1 - Fortalecimento da cooperação para desenvolvimento e ampliação da rede de fontes de informação da BVS Saúde Pública, que consiste em avaliar a continuidade da LILACS SP e os níveis de responsabilidade dos centros cooperantes.

Na ocasião, foram apresentadas as seguintes considerações:

- ? A metodologia LILACS foi aprimorada para novos tipos de materiais e documentos, assim como foram ampliados seus critérios de seleção;
- ? A base de dados AdSaúde, que havia surgido com os mesmos objetivos que a LILACSSP na temática de Administração em Saúde, foi incorporada à base de dados LILACS em 2004;
- ? O processo de indexação de documentos em bases de dados internacionais foi aprimorado, de modo que alguns documentos que não atendiam a critérios da LILACS, mas eram relevantes ao tema, agora já são facilmente acessíveis por meio destas bases de dados;
- ? A LILACS possui uma ampla rede de instituições cooperantes atuando de forma estruturada no registro da literatura científica produzida no país;
- ? Atualmente a BVS dispõe do recurso de metapesquisa, que permite pesquisar simultaneamente em diferentes fontes de informação. Este recurso elimina a necessidade de duplicação de registros em diferentes bases de dados, uma vez que o dado é recuperado para o usuário independente da base de dados em que se encontra;
- ? A LILACSSP não vem recebendo contribuições de registros atualizados que não façam parte da base de dados LILACS. Conclui-se que os registros LILACSSP atendem também aos critérios de seleção da base LILACS;
- ? Há um grande número de profissionais que relatam preferência em pesquisar na base de dados LILACS do que na LILACSSP, ainda que sua pesquisa esteja centrada em algum tema de saúde pública nacional.

Adicionalmente, foi realizada uma análise detalhada dos 9.672 registros provenientes do arquivo ISO, para que os mesmos fossem incluídos na LILACS ou em outras bases de dados, sem perda de dados para BVS SP.

Resultados e Recomendações

O conjunto de 9.672 registros foi analisado e constatou-se que todos estes registros já estavam contidos na LILACS. Com base no resultado deste diagnóstico e nas considerações apresentadas, a BIREME leva ao Comitê Consultivo da BVS SP a recomendação de eliminar a base de dados LILACS SP.

São Paulo, BIREME, 26 de julho de 2006.

ANEXO 2

Ata da Reunião da BVS Saúde Pública – Estratégias de fortalecimento da contribuição em saúde pública para as fontes de informação da BVS

Salvador, 25 de outubro de 2006, das 15h30 às 18h30
Local: Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz – CPqGM/FIOCRUZ

Participantes:

IEC: Vania Araújo
ENSP/FIOCRUZ : Jussara Long, Regina Gandarra
CGDI/MS: Shirlei Gonçalves, Eliane Santos
FSP/USP : Angela Cuenca
SES/RS: Maria Silvia Lessa, Silvana
CPqGM: Ana Maria Fiscina
UFRGS/Faculdade de Medicina: Liane Franzen, Romilda Teofano
GHC: Isabel Merlo
BIREME/OPAS/OMS: Veronica Abdala, Cláudia Guzzo e Luciano Duarte

Objetivo:

Reunir o Comitê Executivo da BVS SP Brasil e novas instituições com programas de pós-graduação em saúde pública, cooperantes da LILACS para debater estratégias de fortalecimento da contribuição para as fontes de informação da BVS Saúde Pública.

Desenvolvimento:

Inicialmente foi brevemente apresentada por Cláudia Guzzo o histórico da BVS SP Brasil e o Projeto de Ampliação (2006-2007), contextualizando a reunião neste âmbito. Na sequência Luciano Duarte apresentou as novidades da Metodologia LILACS e resultados da atualização da categoria saúde pública no DeCS, como base para então abrir um debate sobre a importância de se aprimorar a qualidade de indexação em saúde pública na LILACS.

Foram destacados os números de registros de Revistas LILACS Express, que estão sem indexação, solicitando-se maior atenção aos centros quanto a esta produção.

Foi também entregue aos participantes um documento contendo um estudo de caso de registros indexados para LILACS, e quais seriam os descritores mais adequados em cada caso, assim como reforçados pontos básicos para os quais é necessário atentar para uma boa indexação.

Discutiu-se como estas instituições podem colaborar mais ativamente com a LILACS, assegurando o envio da produção de suas instituições.

Todos os participantes apoiaram a necessidade de educação continuada neste tema. Assim, foi proposta realização de cursos a distância sobre indexação e o uso da Comunidade Virtual da Rede BVS para propiciar o debate do tema entre profissionais. A FSP/USP colocou-se a disposição para colaborar na capacitação de profissionais para realização de atividades de indexação em saúde pública.

Seguiu-se apresentação de Jussara Long sobre o Portal de Teses e Dissertações da BVS SP Brasil e formas de cooperação em suas fontes de informação, convidando as instituições presentes a colaborarem com conteúdos para estas fontes de informação.

Conclusões:

Veronica Abdala ressaltou que a BVS SP Brasil é um canal que as instituições devem utilizar para divulgar a produção em saúde pública de suas instituições.

Angela Cuenca entregou um documento contendo a contribuição da equipe da Biblioteca da FSP/USP sobre os temas em pauta.

Não havendo mais temas a serem discutidos, foi encerrada a reunião.

Principais Recomendações:

- Encaminhamento, por parte da BIREME, da relação dos registros das revistas de saúde pública que são LILACS Express e estão sem indexação para os respectivos centros cooperantes, para revisão;
- Abertura de dois tópicos (indexação em saúde pública e LILDBI-Web) no fórum da Comunidade Virtual da Rede BVS, para que os profissionais que participaram deste encontro possam fomentar este debate entre os integrantes da rede;
- Analise da possibilidade de criação de um serviço de alerta da LILACS, enviando dicas periódicas de indexação, mostrando estudos de casos de indexação e comunicando novidades da metodologia LILACS;
- Que as instituições com programas de pós-graduação em saúde pública garantam a indexação das teses produzidas na base de dados LILACS (ou Thesis, caso não se adequem aos critérios da LILACS), sempre que possível com texto completo, garantindo assim a representatividade das mesmas no Portal de Teses da BVS Saúde Pública;
- Que como projeto futuro seja avaliada uma possibilidade de relacionamento entre os dados da defesa que estão armazenados no Diretório de Defesas de Teses e a Tese propriamente dita, disponibilizada por meio da base bibliográfica;
- Que o resultado da pesquisa no Diretório de Defesas de Teses seja exibido cronologicamente, da defesa mais recente para a mais antiga.

ANEXO 3

REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DO CONSELHO EDITORIAL DA AUDIOTECA – BVS-SP/LAUDIO.

PRESENTES: Claudia Guzzo (BIREME/OPAS/OMS), Alberto Olavo Advincula Reis (FSP/USP), Ângela Maria Belloni Cuenca (Biblioteca/FSP/USP), Grace Peixoto Noronha (FSP/USP), Hamilton Gomes, Ilma Noronha (CICT/FIOCRUZ), Jussara Long (CICT/FIOCRUZ), Mario Alberto Silveira (PMPA/RS), Maria Clara Angeiras (NUSP/UFPE), Natália Costa Araújo (LAUDIO/FSP/USP), Nila Conceição Cardoso (NSP/UFMA), Ocimar Pereira (PMPA/RS), Paulo André da Silva (FSP/USP), Paulo Rogério Gallo (FSP/USP), Ricardo Campolim (ABRAÇO), Sidney José do Carmo (ESPMG/SESMG), Victória Maria Brant Ribeiro (NUTES/UFRJ), Maria da Paz Cintra (SEGE/MS).

Dr. Paulo Gallo abre a reunião com os presentes e abre a discussão sobre a política editorial, embora já tenha ocorrido uma prévia no dia 30/5/06, gostaria que cada um se apresentasse e falasse da importância de seu envolvimento do trabalho. Sou Paulo responsável pelo projeto de radiocomunicadores. Maria da Paz Ministério da Saúde Secretária de Gestão Participativa, estou representando a diretora: Dra. Ana Costa. Alberto chefe do Departamento de Saúde Materno-Infantil da FSP/USP. Maria Clara jornalista, trabalha na radio Universitária de PE. Milton Gomes, Ministério da Saúde. Grace Noronha, pela BVS/FSP. Claudia Guzzo, coordenadora do projeto de biblioteca virtual na FSP/BIREME. Victória faz parte do conselho editorial da audioteca, estamos tentando implantar uma parceria de uma radio comunitária com a UFRJ. Ângela Cuenca diretora da biblioteca e docente do Departamento de Saúde Materno-Infantil da FSP/USP, temos trabalhado junto com o professor Paulo para formar bases de dados em áudio, estamos cunhando esse termo e o piloto está sendo bem aceito. Jussara Escola Nacional de Saúde Pública e coordena projetos na Fiocruz, portal de teses e dissertação na saúde pública, está tentando implantar som no site. Campolim ABRAÇO, e do coletivo 8 de dezembro em SP, E Ocimar jornalista especialista pela FIOCRUZ, desenvolvemos projeto na prefeitura em Porto Alegre. Natália Araújo, estudante de jornalismo e trabalha no projeto de audioteca FSP. Paulo André aluno da FSP doutorando trabalhando junto ao Laudio. Paulo informa que o Rogério Lanne não virá por problemas pessoais, falecimento da mãe. Paulo sugere qual é o melhor jeito de encaminhar esta nossa reunião. Claudia diz que em linhas gerais a BIREME que inicialmente surgiu como biblioteca de medicina e em 1990 adotou a biblioteca virtual na área de saúde, e trabalhando com Biblioteca Virtual em Saúde Pública, nesse projeto junto com o projeto do professor Paulo surgiu a idéia de colocar em uma linguagem mais fácil para ouvintes leigos, para atingir outros formatos de linguagem, porque nem sempre todos que escutam têm essa visão técnica. Ângela informa que a

intenção é colocar a produção dos áudios na base de dados e ajudar a atualizar os assuntos na BVS, inclusive a BIREME desenvolveu um formulário para que ser alimentado que facilite a visualização, nossa idéia foi começar com as teses/dissertação com textos, há um piloto, a idéia é que cada núcleo produza o seu áudio e insira nessa base com essa planilha, claro que haverá um apoio e tecnologia, cada núcleo terá seu laboratório de audio, existem alguns problemas, mas a BIREME está nos apoiando. Paulo informa que não necessariamente cada núcleo terá que ter o equipamento, mas deverá fornecer o material. Maria Clara pergunta quanto é o custo. Paulo diz que não há custo tão exorbitante. Maria Clara diz que a demanda é grande e como o Laudio pensa nisso. Paulo diz que a pesquisa faz parte do campo do pesquisador, é obrigatório publicar, mas necessariamente temos que publicar em outros veículos de publicação, o que estamos fazendo é colocar o autor que acabou de defender sua dissertação/tese. Mais uma forma para divulgar. Existe por parte da FSP o princípio que o conhecimento deve ser publico, o CNPq pode ser acionado para patrocinar uma pesquisa, mas a parte de divulgação é feita por nós, o que estamos criando é o *open access*, dos financiamentos públicos, temos que disponibilizar o conhecimento que é patrocinado pelo dinheiro público e a lógica é a divulgação pública, existe uma equipe que trabalha e a BIREME paga, estamos tentando buscar outros subsídios, a lógica é criar um meio a mais e não só publicação no papel, mas uma divulgação na BVS. O Laudio seria um dos centros de gravação. Será o nosso da FSP/Laudio, é natural que a ENSP, FIOCRUZ, MS, crie alguns pólos de gravação que podem ser feitas até por telefone, não precisa o autor estar presente. Ângela diz que no começo dá para agrupar, quem não tem tempo de gravar, nós temos na biblioteca o acervo, o que pode acontecer é que a tese não precisa ser da FSP, mas serve como base para outros portais. Maria Clara diz que existe um programa que funciona com uma equipe que entrevista com vários temas, o que se pode sugerir é que se faça uma apresentação curta. A equipe do Laudio apresenta um material, 6 minutos é muito tempo para se ouvir, sem o recurso da imagem e tem uma palavra que não se conhece, a informação se perde, como informação deve ser aproveitada nas rádios, o texto não funciona, o que funciona é que a rádio pegue trechos e edite como precisar, nesse sentido funciona. Ângela diz que a idéia é essa, gravar o grande para ser apresentado o trecho. Maria Clara diz que o texto do rádio é escutado, é muito imediato, portanto o texto deverá ser bem coloquial. Várias sugestões foram inclusas na política editorial. Alberto diz que é importante ter essa informação para que haja um entendimento de quem lê, não foi o que foi dito e sim a interpretação, pegar um mecanismo digno no sentido do texto. Mario diz que quem vai ler terá que interpretar, talvez na formatação do próprio conteúdo se coloque uma síntese do assunto. Ocimar diz que assim como tem o resumo na tese, haverá uma lauda para que o comunicador interprete para a comunidade. Ângela diz que já se coloca a lauda para orientação no que será falado. Maria da Paz diz que é complicado confundir papel com áudio. Paulo diz que não tem como garantir em nenhum momento, o que estamos propondo é a audioteca, e não o acervo será garantido ao longo dos anos, e como os escritos de fato têm o texto, é comum fazer uma má interpretação no que se lê, portanto abrir o conhecimento é inerente. Maria Clara diz que a publicação na íntegra é que garante a originalidade do tema. Ângela diz que na biblioteca tem o texto completo e o laudio está partindo do impresso eletrônico. Jussara diz que na ENSP é obrigatório a disponibilização do texto na íntegra. A pessoa ouve na BVS e vai ler o texto completo e imprimir, na rádio é claro que o jornalista vai resumir, mesmo porque tem código de ética. Paulo diz que na nossa BVS tem o texto na íntegra, o resumo, e o áudio dessa entrevista. Paulo diz que é difícil entrevistar o pesquisador e ele fugir de alguns termos técnicos.

Maria Clara diz que deve acontecer duas vezes no mínimo, escutar a entrevista até o final e mostrar para o entrevistador que alguns pontos devem ser de forma mais clara. Sugere ainda, que seja desenvolvido um *site*, porque na Universidade de PE foi preciso desenvolver o jornalismo científico para que não haja esse tipo de problema. Alberto diz que o caso não é para discutir técnica, mas também não podemos esquecer que isso não é só levar o conhecimento às pessoas, mas para que o nível das pessoas se eleve, então se não tiver essa preocupação fica difícil, por mais que a pessoa não saiba do que se trata, ela irá se interessar e escutar até o fim. Paulo pede para ser revista a política editorial. Victória pergunta se irá ser publicado. Paulo diz que sim. Vitória sugere que a linguagem pode ser mudada. Paulo diz que a política editorial é de uma responsabilidade de todo tamanho e de uma forma densa, estamos abrindo a perspectiva dos pesquisadores como opção de divulgação, isso não existe, são programas, mas não são permanentes, estamos falando de uma biblioteca de áudio, por trás disso tem toda uma preocupação em guardar o trabalho para que seja divulgado. Claudia sugere que tenha um item 6.3, no caso, secretaria executiva, que é quem faz a articulação entre os núcleos no sentido de agrupar para discussão, ou seja, marcar o encontro para reuniões. Deve incluir os representantes e não os locais, deixar genérico. Vitória aponta um trecho no último parágrafo que ficou com a sensação de que qualquer pessoa pode colocar que quiser, a sugestão é que se coloque um crivo editorial. Paulo diz que essa é a idéia. Claudia chama a atenção que deverá constar que a avaliação passará por um membro de um núcleo participante do conselho editorial. A sugestão é que se coloque o último parágrafo do 4.2 e passe para o item 6 e assim ficaria como segundo parágrafo antes do item 6.1. Após discussão houve mudança no último item, para que seja a cada 2 anos com possíveis modificações mediante avaliação. Fechada as modificações na política editorial. Paulo passa para a outra parte da pauta, fica aberta a possibilidade de haver outro local, talvez o Ministério possa ajudar nesta escolha, já que temos o RJ. Paulo diz que neste estágio é possível conseguir pessoas para que se qualifiquem pessoas para agirem como multiplicadores. Paulo diz que as coisas essenciais foram revistas, o que pode ser feita é a correção de gramática da língua portuguesa. Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada a reunião.

Rio de Janeiro 21/08/06.

ANEXO 4

POLITICA EDITORIAL

PROJETO INTERFACE EM ÁUDIO DA BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE PÚBLICA BRASIL

Introdução

O acesso à informação e ao conhecimento amplia as bases para a cooperação com gestores estaduais e municipais, profissionais de saúde, pesquisadores, educadores e usuários dos serviços de saúde, bem como favorece a articulação com outros segmentos da sociedade, mobilizados para a promoção da saúde e defesa dos direitos humanos.

No campo da assistência à saúde e das políticas do setor, a disponibilidade de informações com qualidade configura-se como um processo vital para o alcance dos objetivos e das prioridades definidas pela Constituição. O acesso à informação, na forma adequada e com a agilidade necessária, é indispensável para a adoção de medidas de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como para definir políticas públicas na área.

Os gestores têm a responsabilidade de tornar públicas as iniciativas que promovem o bem-estar e o avanço social.

O objetivo do Conselho Editorial da Interface em Áudio da Biblioteca Virtual em Saúde Pública Brasil (BVS-SP) é fornecer diretrizes para a validação das informações em saúde adequadas, precisas e efetivas para diversos tipos de público, respeitando suas características, demandas e prioridades do setor saúde. Além disso, promover a integração dos centros de pesquisa em saúde pública no Brasil, por meio da divulgação de suas pesquisas e experiências, utilizando para isso os diversos recursos e produtos em áudio.

Para alcançar esses objetivos, as ações devem ser avaliadas dentro dos critérios que norteiam o projeto. As diretrizes que compõem a política editorial fixam parâmetros para estimular a divulgação das experiências em Saúde Pública e criar condições para que os gestores e comunicadores viabilizem a troca de experiências e ampliem a prática da divulgação do conteúdo científico.

A definição de uma política editorial como instrumento para explicitar objetivos e procedimentos, institucionalizar iniciativas e aperfeiçoar o processo de produção de áudio deve resultar na elaboração e disseminação de produtos qualificados que contribuam para a formulação de políticas, definição de prioridades e promoção da saúde pública, favorecendo a tomada de decisões, intercâmbio, participação e o controle social.

Para isso a interface em áudio da BVS-SP oferece vantagens de disseminação de conhecimentos, como:

- a. Capacitação de profissionais mobilizados pela questão da saúde;
- b. Ampliação do acesso ao conhecimento produzido academicamente de modo que pesquisadores, estudantes, profissionais e a população em geral tenham livre acesso através da Internet;
- c. Viabilizar a divulgação de experiências locais e regionais no âmbito da saúde pública e suas diretrizes conceituais no que tange ao processo saúde-doença e às políticas públicas que se baseiam nesta premissa.

1. Propósito

A Política Editorial da Audioteca BVS-SP tem como propósito estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades que orientem a produção em áudio de conteúdos especializados em saúde pública para essa Biblioteca Virtual em nível nacional. O objetivo é criar e disponibilizar produtos em áudio para subsidiar a atuação de gestores, profissionais, professores, pesquisadores, estudantes e demais interessados em Saúde Pública, favorecendo a consolidação do SUS, a participação, o controle social e a construção da cidadania.

Esta política é guiada pela observância de aspectos legais, éticos, técnicos e científicos, e, visa apoiar os processos de planejamento, tratamento, edição, preservação, acesso e avaliação da informação em saúde, reconhecida como um patrimônio público e direito de cidadania.

2. Produtos

São produtos em áudio as gravações realizadas com captação de som em estúdio específico ou em ambiente externo, com autores de publicações acadêmico-científicas em saúde pública. Numa primeira fase são priorizadas teses e dissertações, outros produtos podem ser objeto de análise futura pelo Conselho Editorial. Os formatos tradicionalmente utilizados no meio radiofônico são programas, vinhetas, boletins informativos, mesas redondas, rádio-novela e demais documentos que sejam de interesse para a divulgação de conteúdos para esse público.

As produções devem registrar a voz dos autores dos trabalhos, ou na impossibilidade física deste, de outra pessoa que assuma formalmente o papel de interlocutor.

3. Princípios

3.1 Compromisso Social:

Toda e qualquer produção em áudio deve ser realizada de forma transparente, buscando-se clareza de objetivos e linguagem adequada aos diferentes públicos a que

se destina. A produção editorial deve priorizar a observância da ética do coletivo, valorizando o caráter público e comunitário de todo material a ser divulgado, bem como sua relevância social.

3.2 Acesso Público:

O acesso público e democrático aos conteúdos em áudio das informações em saúde é direito do cidadão. O patrimônio informacional das instituições é bem público que deve ter garantido sua formação, preservação, segurança de seus arquivos, de sua coleção bibliográfica, ampla distribuição e circulação, incluindo-se a disponibilidade da informação na Internet. A formação e a preservação do acervo de documentos, registrados em qualquer suporte ou mídia, são deveres constitucionais, regidos por legislação específica e respaldadas pelos centros universitários colaboradores.

3.3 Efetividade:

Na gestão do conhecimento em saúde, a busca da eficiência, da eficácia na produção, bem como a avaliação dos custos e o impacto do material produzido, são estratégias para a obtenção de maior efetividade do desempenho institucional. A elaboração periódica de relatórios, a pesquisa e definição de indicadores para análise dos resultados, subsidiando o planejamento dos trabalhos, são medidas que devem ser implantadas visando à economia de recursos e melhor qualidade dos produtos editoriais.

4. Competências

A consolidação e operacionalização das diretrizes definidas neste documento envolvem a participação dos núcleos universitários de saúde, responsáveis pela seleção, acreditação dos trabalhos e divulgação de experiências em saúde pública de suas regiões de atuação. As responsabilidades básicas e competências estão descritas a seguir:

4.1 Conselho Editorial Nacional:

Deve incluir representantes de instituições de ensino, pesquisa e divulgação científica em saúde nacionais e internacionais, órgãos governamentais, associações, conselhos de saúde e entidades da radiodifusão comunitária nacional.

São competências desse fórum a elaboração de diretrizes técnicas e científicas para a produção dos documentos sonoros, validação de seu conteúdo, supervisão e avaliação do material produzido e articulação com outras instâncias nacionais e internacionais.

4.2. Conselhos Editoriais Regionais:

Devem incluir representantes regionais da radiodifusão comunitária, das secretarias de saúde (das esferas estadual e municipal), representantes dos núcleos universitários de saúde e da área de comunicação.

São competências desse fórum a identificação, análise, captação e produção de material em áudio para a Interface em Áudio da BVS-SP, de acordo com a política de seleção e especificações técnicas registradas neste documento e o cumprimento do fluxo de produção de áudio.

4.2.1 Fluxo de Produção de áudio:

Fluxo a ser atendido para produção de áudios:

- ✍ Seleção da tese ou dissertação de interesse em saúde pública
- ✍ Constatação da existência da tese na base de dados LILACS ou comprovada solicitação de cadastramento por um dos centros cooperantes da BIREME
- ✍ Encaminhamento do convite ao autor do trabalho para gravação
- ✍ Assinatura e arquivamento do Termo de Consentimento (autorização para veiculação pública gratuita do material, com fins educativos)
- ✍ Gravação e edição do documento sonoro
- ✍ Validação do produto final
- ✍ Armazenamento e disponibilização do documento sonoro no servidor da instituição, com livre acesso (a instituição produtora é responsável pela publicação e estabilidade do arquivo disponibilizado no servidor)

- ✍ Envio de relatório, à Secretaria Executiva do Projeto, contendo as informações do título, do autor e endereço eletrônico para o respectivo cadastro nas fontes da BVS-SP
- ✍ Verificação periódica dos endereços eletrônicos (links) de áudio visando a atualização dos links inativos

4.3 Secretaria Executiva do Projeto

É representada por uma instituição do Conselho Editorial Nacional, em geral, uma instituição que disponha de condições (políticas, institucionais, econômicas, de recursos humanos e de tecnologias de informação) para assumir esta função.

A Secretaria executiva do projeto realiza a articulação entre as instituições que compõem os Comitês Editoriais, Regionais e o Nacional e elabora informes periódicos da situação do projeto. Recebe os informes de produção das instituições colaboradoras e realiza o encaminhamento dos dados à Secretaria Executiva da BVS Saúde Pública Brasil, no formato estabelecido (item 5.4), de forma que os links para os arquivos de áudio sejam também inseridos na Base de Dados LILACS para publicação na BVS Saúde Pública Brasil.

5. Diretrizes

5.1. Responsabilidades:

A seleção do material, a obtenção e guarda do termo de consentimento, o registro sonoro da informação e sua disponibilização em um servidor Web de acesso público é de responsabilidade dos núcleos de saúde e instituições envolvidas no projeto (Comitê Editorial Regional). A gravação deve atender a especificações técnico-científicas estabelecidas pelo projeto.

5.2. Interação e Público Alvo:

A informação veiculada deve voltar-se e catalisar a comunicação entre o governo, às instâncias do SUS, da sociedade civil, da iniciativa privada e da

comunidade científica, de forma a melhorar as condições de gestão, de atuação profissional, de decisão política e de ação de cidadania.

A interlocução é facilitada quando existe a devida preocupação com terminologias, hábitos e costumes regionais, o que facilita o entendimento das informações e mensagens contidas nas produções. Os produtos da Interface em Áudio devem nortear-se pela equidade de acesso e pela inclusão social que o meio sonoro proporciona. O material a ser divulgado deve apresentar condições técnicas adequadas para sua livre reprodução via Internet e também para a confecção de outros produtos em áudio, como CDs, que poderão ampliar o número de interessados, multiplicando o conhecimento em saúde. Este aspecto é indispensável na sensibilização do público em qualquer atividade ou na adoção de estilos de vida adequados à saúde individual e coletiva.

A presente Política Editorial está voltada também a organizar produtos que possam favorecer conteúdos utilizados pela mídia comunitária, em especial por comunicadores das rádios comunitárias interessados no desenvolvimento sustentável das comunidades. Como não é possível definir uma faixa etária, gênero ou situação social que deva ser privilegiada no processo de produção, pretende-se que a linguagem utilizada no material gravado e divulgado seja compreendida por usuários da BVS com grau de escolaridade na faixa do ensino médio.

É responsabilidade e um desafio dos envolvidos no projeto (núcleos, profissionais e conselheiros) a escolha da linguagem, dos recursos técnicos e dos formatos que facilitem o entendimento do conteúdo.

5.3. Seleção, qualidade, normalização:

A seleção os trabalhos acerca das quais serão produzidos áudios atende a critérios de seleção específicos mantendo-se o respeito da legislação existente sobre direitos autorais.

Assim, a tese ou dissertação cujo áudio se deseja gravar deve estar indexada na base de dados LILACS – Literatura Latino Americana e do Caribe de Informação em

Ciências da Saúde, ou atender a seus critérios de seleção para que seja indexada na mesma (<http://www.bireme.br/abd/P/selguipt.doc>). A disponibilidade do texto completo da tese na íntegra na Internet é desejável, contudo, não excludente.

Os produtos devem apresentar qualidade técnica condizente com o meio em que será transmitido e respeitar as normas de adequação de temas, linguagem e interesses propostos por esta política editorial, atendendo suas especificações técnicas.

5.4. Especificações Técnicas para Produção do Áudio:

São estabelecidos os seguintes critérios técnicos para produção do áudio:

- ✍ O arquivo deverá ser em formato MP3;
- ✍ A Taxa de compressão deverá ter o valor mínimo de 64Kb e 44,1KHz . Ressalta-se que a qualidade do áudio é diretamente proporcional ao valor da taxa de compressão e ao tamanho (em Kb);
- ✍ A duração do relato tem como ideal o tempo de 5 minutos, sendo 8 minutos o limite máximo estipulado;
- ✍ A duração da entrevista complementar ao relato deve ser de no máximo 3 ou 4 minutos;
- ✍ O texto de abertura deve citar, antes do início da entrevista que a mesma é um programa da Biblioteca Virtual em Saúde, e identificar o nome completo do autor e o título de sua tese.
- ✍ O texto de encerramento deve citar a instituição de origem da tese, a instituição responsável pela gravação do áudio e o apoio dos seguintes parceiros: Biblioteca Virtual em Saúde Pública; Ministério da Saúde; BIREME/OPAS/OMS.

5.5. Ocorrências específicas

A Política Editorial, prevendo a possibilidade de ocorrência de conflitos de interesses e vieses de intenção, define a seguinte posição:

Conflito de Interesses: O campo do conhecimento acadêmico-científico prevê a divergência de opiniões, o que pode gerar produtos diferenciados. Situações de

grande conflito serão decididas pelo Conselho Editorial Nacional, que decidirá pelo interesse na divulgação do material, levando-se em conta os objetivos do Projeto Interface em Áudio e a ética na pesquisa.

Viés de intenção: Não será aceito material com viés ideológico, econômico e religioso que contrarie a ética na pesquisa e da produção científica.

6. Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento e avaliação dos resultados desta proposta devem levar em conta:

- a. Nível de abrangência e regularidade da produção com relação à política e as prioridades do setor saúde;
- b. Número de normalizações e registros de material produzido;
- c. Nível de compilação de produção universitária regional em saúde pública.

Estima-se que ao final do processo de implantação seja compilado pelo menos 10 por cento da produção universitária de cada região.

d. Regularidade da alimentação da base de dados da BVS-SP com o material produzido.

- e. Capacidade de interlocução com o usuário final dos produtos editoriais.

Os núcleos de saúde responsáveis pela produção regional devem adotar a política e as resoluções definidas pelo Conselho Editorial Nacional assim como proporem alterações para o aperfeiçoamento desta política. Da mesma forma, devem estabelecer avaliações periódicas que garantam a continuidade e o aprimoramento do projeto.

7. Modificações da Política Editorial

Esta política editorial poderá ser atualizada sempre e quando determinado pelo Comitê Editorial Nacional.

Anexo I

Das Instituições Coordenadoras

✍ FSP/LÁUDIO

- Garantir o cumprimento do fluxo de produção de áudio dos Conselhos Regionais visando a qualidade da Audioteca
- Desenvolver e avaliar metodologias para inserir os produtos em áudio na BVS
- Atuar como um dos núcleos produtores de áudio
- Participar das reuniões do Conselho editorial da Interface em Áudio da Biblioteca Virtual em Saúde Pública Brasil (BVS-SP)

✍ FSP/Biblioteca

- Colaborar no processo de seleção dos documentos a serem gravados
- Viabilizar a inserção dos links nos registros das bases da BVS-SP
- Encaminhar à BIREME o relatório dos links da FSP
- Apoiar a inserção on-line dos textos completos das teses selecionadas
- Realizar cursos de capacitação para o uso da BVS-SP
- Participar das reuniões do Conselho editorial da Interface em Áudio da Biblioteca Virtual em Saúde Pública Brasil (BVS-SP)

✍ BIREME/OPAS/OMS

- Efetuar a inserção dos links de áudio na base LILACS
- Atualizar a base LILACS com os conteúdos em áudio
- Participar das reuniões do Conselho editorial da Interface em Áudio da Biblioteca Virtual em Saúde Pública Brasil (BVS-SP)

✍ Núcleos Universitários de Saúde e Escolas de Saúde Pública

- Selecionar o material (teses e dissertações em saúde pública) nas respectivas universidades e encaminhar para a Secretaria Executiva do Projeto para que sejam realizados os procedimentos necessários à gravação e publicação dos áudios
- Participar das reuniões do Conselho editorial da Interface em Áudio da Biblioteca Virtual em Saúde Pública Brasil (BVS-SP)

✍ Ministério da Saúde

- Apoiar e financiar a BVS
- Manter articulação com os Núcleos de Saúde
- Divulgar nacionalmente e internacionalmente o projeto.
- Participar das reuniões do Conselho editorial da Interface em Áudio da Biblioteca Virtual em Saúde Pública Brasil (BVS-SP)

Anexo II

Dos Integrantes Das Instituições

Os Comitês Editoriais Regionais, até o momento, estão distribuídos em 3 regiões administrativas:

1. Norte, Nordeste

Componentes: UFMA/NSP: responsáveis – Nila Conceição Cardoso

Rose Ferreira

Francisco Gonçalves

UFPE/NUSP: responsável – Maria Clara Angeiras

2. Sudeste, Centro-Oeste

Componentes: ENSP/Fiocruz: responsáveis - Jussara Long

Rogério Lannes

Ilma Noronha

UFRJ/NUTES: responsável - Victória Maria Brant Ribeiro

USP/FSP: responsáveis - Paulo Rogério Gallo

Alberto Olavo Advincula Reis

Ângela Maria Belloni Cuenca

Grace Peixoto Noronha

ABRAÇO: responsável - Ricardo Campolim

BIREME: responsáveis: - Abel Packer

Claúdia Guzzo

3. Sul

Componentes: PMPA/RS: responsável - Ocimar Pereira

RS/SES/ESP: responsável – Mário Roberto da Silveira